

**A GEOGRAFIA DAS REDES  
AGROALIMENTARES  
AGROECOLÓGICAS: VÍNCULOS  
ENTRE OS ESPAÇOS URBANO-  
METROPOLITANOS E RURAIS**

*THE GEOGRAPHY OF AGROECOLOGICAL  
FOOD NETWORKS: LINKS BETWEEN  
RURAL AND URBAN METROPOLITAN  
SPACES.*

*LA GEOGRAFIA DE LAS REDES  
ALIMENTARIAS AGROECOLOGICAS:  
VINCULOS ENTRE ESPACIOS RURALES Y  
URBANOS METROPOLITANOS*

Elaine Regina Branco  
Graduada e mestre em Geografia pela  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
campus de Presidente Prudente e  
doutora em Geografia pela Universidade  
Federal do Rio de Janeiro.  
[laineregin@gmail.com](mailto:laineregin@gmail.com)

**Resumo:** No contexto de crise do sistema agroalimentar corporativo, conhecer os potenciais dos movimentos de viés agroecológico se faz necessário. Para mapear, identificar e analisar processos e mecanismos associados as noções de soberania alimentar e justiça ambiental nas redes agroalimentares agroecológicas que unem espaços urbano-metropolitanos e rurais, foram utilizadas como fonte de dados a contextualização histórica e contemporânea, questionários, trabalho de campo e entrevistas. A técnica de rastreamento de processos e mecanismos foi utilizada para identificar e analisar a ausência ou presença de acessos que facilitam a soberania alimentar e justiça ambiental. A maioria dos camponeses das redes investigadas têm em comum a luta por acessos historicamente negligenciados. Encontram potencial para ajustarem os equilíbrios das unidades produtivas na organização em rede. Nela se fortalecem os vínculos entre campo e cidade para criarem soluções coletivas para os problemas decorrentes da destruição das políticas públicas de acesso aos recursos, mercados e alimentos. Nos processos coletivos de organização para sanar as ausências de acessos e do Estado no compromisso com a soberania, fica evidente o potencial das redes para promover a coesão territorial com soberania alimentar e justiça ambiental.

**Palavras-chave:** redes agroalimentares, Agroecologia, soberania alimentar e justiça ambiental.

**Abstract:**

In the context of the crisis of the corporate agri-food system, it is necessary to understand the potential of agro-ecological movements. In order to map, identify and analyse processes and mechanisms associated with the notions of food sovereignty and environmental justice in agroecological food networks that unite urban-metropolitan and rural spaces, historical and contemporary contextualisation, questionnaires, fieldwork and interviews were used as data sources. The technique of tracing processes and mechanisms was used to identify and analyse the absence or presence of accesses that facilitate food sovereignty and environmental justice. It strengthens the links between the countryside and the city in order to create collective solutions to the problems arising from the destruction of public policies on access to resources, markets and food. In the collective processes of organising to remedy the lack of access and the state's commitment to sovereignty, the potential of networks to promote territorial cohesion with food sovereignty and environmental justice is evident.

**Keywords:** Agri-food networks, Agroecology, food sovereignty and environmental justice.

**Résumé / Resumen:**

En el contexto de la crisis del sistema agroalimentario corporativo, conocer el potencial de los movimientos agroecológicos si fuera necesario. Para mapear, identificar y analizar procesos y mecanismos asociados a las nociones de soberanía alimentaria y justicia ambiental en redes agroalimentarias agroecológicas que unen espacios urbano-metropolitanos y rurales, se utilizaron cuestionarios, trabajo de campo y entrevistas como fuente de datos para la contextualización histórica y contemporánea. Se utilizó la técnica de seguimiento de procesos y mecanismos para identificar y analizar la ausencia o presencia de accesos que faciliten la soberanía alimentaria y la justicia ambiental. En los procesos colectivos de organización para remediar la falta de acceso y el compromiso del Estado con el soberano, se evidencia el potencial de las redes para promover la cohesión territorial con soberanía alimentaria y justicia ambiental.

**Palabras-clave:** redes agroalimentarias, agroecología, soberanía alimentaria y justicia ambiental

## Introdução<sup>1</sup>

Assistimos no mundo contemporâneo a emergência de movimentos sociais de viés agroecológico reunindo atores do campo e da cidade para o enfrentamento dos desafios ambientais políticos e econômicos que se impõem a produção permanente de alimentos com diversidade, qualidade e quantidade necessárias para garantir o acesso a eles por toda população. Esses movimentos se inserem no contexto de domínio dos sistemas agroalimentares corporativos, marcado pela aceleração dos fluxos e pela especialização produtiva, processos orientados por uma base técnica e normativa que pouco tem contribuído para a produção de alimentos, para a soberania alimentar e nutricional da população e, tampouco para a sustentabilidade da produção de alimentos.

As inquietações que levaram a essa investigação que resultou na tese de doutorado<sup>1</sup>, surgem da inquietação e necessidade de conhecer os potenciais e perspectivas das redes agroalimentares agroecológicas no contexto de crise do sistema agroalimentar dominante. Ousamos, dentro das nossas limitações, abordar o assunto de forma a inaugurar uma possibilidade (dentre tantas outras) de observar os processos das redes agroalimentares agroecológicas de forma integrada (dos espaços de produção até os de distribuição e consumo) em determinado tempo e espaço.

As redes agroalimentares agroecológicas selecionadas para a investigação se encontram entre os espaços rurais e urbanos das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, da região de

---

<sup>1</sup> A pesquisa teve apoio financeiro da CAPES (bolsa do Programa de Excelência Acadêmica – PROEX), Projeto “A geografia das redes agroalimentares agroecológicas: justiça ambiental e soberania alimentar”.

Ribeirão Preto (SP) e Baixada Santista (SP) e se estendem, em alguns casos, os espaços de produção das regiões Norte, e Centro-Sul. As redes são compostas por atores (camponeses, consumidores e articuladores), suas organizações coletivas (associações, cooperativas, movimentos sociais, grupos, comunidades e cooperativas de consumo); conhecimentos (técnico, tecnológico e científico); ações e pensamentos. Sem a pretensão de acompanhar o movimento delas em sua totalidade, nos propomos a investigar os processos e mecanismos ambientais, relacionais e cognitivos que as movimentaram entre os anos de 2020 e 2021, período este marcado por crises (ambiental, política, econômica e social), agravadas pela pandemia de Covid-19.

A seleção das redes agroalimentares agroecológicas se deu, a princípio, pela localização dos dois maiores centros consumidores de alimentos do país: as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Posteriormente, com a pandemia de Covid-19 que inviabilizou a realização das atividades de campo, foram incluídas as experiências de campo que antecederam a pandemia envolvendo a nossa participação como articuladora na região de Ribeirão Preto – SP<sup>2</sup> e como consumidora (em Guarulhos e Baixada Santista).

Na Geografia das redes agroalimentares agroecológicas identificamos três tipos de atores: camponeses, consumidores e articuladores. O termo “camponês” é aqui adotado como categoria social e política que remete ao ator típico do campo que na

---

<sup>2</sup> Região que abriga o entreposto da CEAGESP com o segundo maior volume de comercialização de alimentos do estado de São Paulo. São 211.801,55 toneladas de alimentos que chegam anualmente no local para abastecer a população da região.

contemporaneidade se ajusta às novas circunstâncias impostas pelo mercado capitalista para permanecer existindo (Ploeg, 2016).

O objetivo principal da investigação foi o de mapear a Geografia das redes agroalimentares agroecológicas selecionadas e os objetivos específicos foram: (i) identificar os espaços e atores das redes agroalimentares agroecológicas; (ii) identificar e analisar a presença ou ausência dos mecanismos ambientais, cognitivos e relacionais que facilitam ou inibem os acessos relacionados aos conceitos de justiça ambiental e de soberania alimentar.

A Agroecologia tem nos conceitos de espaço e de território uma de suas dimensões, colocando em evidência as unidades produtivas, os sistemas de distribuição, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos em disputa nas diversas escalas geográficas. O termo “rede” (Dias, 2005) fornece instrumentos para captar o movimento entre espaços, atores, produtos do trabalho e saberes, tornando-se central para rastrear os processos e mecanismos da organização em rede no enfrentamento de problemas e preocupações comuns. O conceito de justiça ambiental (Acsehrad, 2009), ancorado na perspectiva da Ecologia Política, orientou o rastreamento dos mecanismos que produzem desigualdade de acesso aos espaços, aos recursos materiais e imateriais, aos alimentos e ambiente saudáveis. A teoria dos regimes alimentares<sup>3</sup> (Friedmann, McMichael, 1989), permitiu o rastreamento de processos e mecanismos que evidenciam as

---

<sup>3</sup> Na teoria dos regimes alimentares Friedmann e McMichael (1989) criaram um método de análise e identificação de períodos regidos por regras que estruturam a produção e o consumo de alimentos em proporção mundial.

contradições presentes no Terceiro Regime Alimentar<sup>4</sup> problematizadas pelo conceito de soberania alimentar e pela inserção da questão ambiental na renovação da questão agrária.

Foram utilizados como fonte de dados e informações a contextualização (histórica e contemporânea), questionários diferenciados e combinados para cada grupo de ator, entrevistas por telefone (no caso de dúvidas e busca de informações que ajudam a interpretar os processos) e o trabalho de campo restrito às redes que tivemos acesso.

O artigo é composto pela introdução; procedimentos metodológicos que coloca em diálogo as perspectivas da Geografia Agrária, da Agroecologia, da Ecologia Política e dos Regimes Alimentares; pela contextualização histórica dos processos e mecanismos que lançaram (ou limitaram) as bases para o surgimento das redes em foco; pela apresentação dos atores e as suas organizações coletivas; e pelo mapeamento da Geografia das redes agroalimentares agroecológicas através do rastreamento de processos e mecanismos.

Na Geografia das redes agroalimentares agroecológicas investigadas observa-se a disputa entre dois projetos, um, externo a elas que é regulado pelas forças do mercado, no qual não é possível vislumbrar a base ambiental ecológica para viabilizá-lo no tempo e no espaço. O outro é, o projeto das redes, orientado por princípios e valores éticos com base na coprodução entre pessoas e natureza, fundamentais para o futuro da humanidade na terra. A urgência de

---

<sup>4</sup> Antecederam ao terceiro regime alimentar: o primeiro que foi constituído no período final da hegemonia britânica (1870 - 1914) e o segundo no período “fordista” centrado na hegemonia americana no pós - II Guerra (1947 - 1973).

se impor limites ao mercado se faz necessária e depende de uma transformação estrutural.

## Procedimentos metodológicos

O *modus operandi* de um sistema agroalimentar pode ser identificado nos recursos e estruturas disponíveis para a produção de alimentos, nas formas de organizar a produção, o processamento, o transporte, a distribuição e a comercialização de alimentos, na forma de produzir e compartilhar o conhecimento, nos relacionamentos entre os atores, nos modos de pensar e de se comportar diante dos desafios impostos. Nas redes agroalimentares agroecológicas em foco, ele é presidido por valores e princípios da Agroecologia e norteados pelas noções de justiça ambiental e soberania alimentar.

Com base na Ecologia Política, o termo injustiça ambiental, de acordo com Acselrad *et al.* (2009, p. 9), surge para “designar o fenômeno de exposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais”. O seu contraponto, a justiça ambiental, surge para “denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental de injustiça venha a ser superada”. A noção de justiça ambiental implica no direito a um ambiente seguro, sadio e sustentável e o ambiente deve compreendido em sua totalidade, ou seja, em suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Esse direito é exercido quando se preserva, respeita e realiza plenamente as identidades individuais e de grupo e se promove a autonomia das comunidades.

Trazido a luz do sistema agroalimentar, o conceito de justiça ambiental presume que, para se atingi-la, são necessários processos e transformações que garantam o acesso ao ambiente equilibrado, aos recursos de produção (naturais, maquinários, conhecimentos), aos alimentos nutritivos em quantidade e variedade necessários para todos, e às informações ligadas a origem, composição a valor nutricional deles.

A noção de soberania alimentar presume processos e mecanismos de acessos que devem ser garantidos politicamente de forma a permitir os agricultores a controlarem seus recursos de produção, a produção local culturalmente própria e a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada pela nação ou povo, de modo a promover o acesso da população aos alimentos agroecológicos.

Os conceitos de justiça ambiental e de soberania alimentar foram eleitos para o rastreamento de mecanismos e processos (ambientais, relacionais e cognitivos) que potencializam ou limitam os acessos ligados a eles nas redes investigadas.

A definição de Tilly (2001, apud Balestro, 2017, p. 164) de mecanismos ambiental, cognitivo e relacional foi utilizada para identificar e classificar as origens dos fatores que afetam a vida social alteram a percepção individual e coletiva e as conexões entre as pessoas das redes agroalimentares agroecológicas. De acordo com o autor:

Os mecanismos ambientais são influências externamente geradas que afetam a vida social e estão geralmente associadas a palavras como desaparecimento, expansão, desintegração etc. Por exemplo, a desativação e a industrialização como elementos da crise agrária podem ser vistas

como mecanismos ambientais que afetam a emergência de outros sistemas agroalimentares. Os mecanismos cognitivos operam por meio das alterações de percepção individual e coletiva, geralmente associados a palavras como entender, reconhecer e reinterpretar. Eles são particularmente relevantes para entender mudanças na racionalidade dos atores econômicos e sociais. [...] Já os mecanismos relacionais alteram as conexões entre as pessoas, grupos e redes interpessoais e estão associados a palavras como dominação, cooperação e persuasão. O conceito chave de autonomia nas CCs de produção guardam relação direta com os mecanismos relacionais (Tilly, 2001, apud Balestro, 2017, p. 164).

O rastreamento de processo (*process tracing*) ou de mecanismos é uma técnica que tem como objetivo rastrear os mecanismos causais, através dele é possível identificar e descrever as condições causais que contribuem para determinado resultado. É um método de análise de dados para identificar, validar e testar mecanismos causais dentro de estudo de casos de uma maneira específica e teoricamente informada.

A causalidade em ciências sociais esteve durante muito tempo associada com abordagens nomotético-dedutivas com pretensões universalizadoras, as quais remetem a uma visão positivista. Nos últimos anos, surgiram métodos de análise qualitativos que recolocaram a centralidade da causalidade sem recorrer a episteme positivista. Segundo Balestro (2017), grande parte dos autores que estudam as redes agroalimentares alternativas e circuitos curtos utiliza a causalidade enquanto técnica para explicar os fenômenos, mesmo que não a declarem como método de investigação.

Os estudos de causalidade qualitativos buscam entender os mecanismos existentes entre as condições causais (ou fatores explicativos) e o resultado (ou variável resposta). O contexto é visto como parte da explicação que não apenas influencia na forma de variável de intervenção, mas também como variável de moderação. A partir do contexto, é possível definir os aspectos relevantes de um ambiente, no qual um espectro de condições iniciais conduz a um resultado (Balestro, 2017, p. 164).

O rastreamento dos mecanismos e processos teve como fonte de dados:

a) a revisão bibliográfica de pesquisas que tratam do contexto histórico que levou ao surgimento das redes agroalimentares agroecológicas, ligados principalmente aos seus espaços de produção que dão base para a realização de toda a rede agroalimentar<sup>5</sup>.

b) Questionários voltado para cada grupo de ator, de forma a obter os dados e informações associados as noções de justiça ambiental e soberania alimentar.

c) Entrevistas via telefone, nos casos em que ficaram dúvidas ou para obter alguma informação que consideramos importante (no momento pós-análise dos questionários e pós-Covid 19, entre o 2021 e 2023).

d) Trabalho de campo realizado em visitas e experiências em algumas redes no período que antecedeu a pandemia de Covid-19 (entre 2014 e 2017), momento em que ainda não havíamos elaborado o roteiro de questões; e em situações pontuais após a

---

<sup>5</sup> Bibliografia utilizada encontra-se enumerada nas referências bibliográficas.

flexibilização de circulação, após o momento mais crítico da pandemia de Covid-19. São experiências: no assentamento Sepé Tiaraju como estagiária (2014-2015); em vivências e na implantação do GCA Sepé Tiarajú (2017-2018); na Feira Agroecológica da UFRJ como consumidora em 2017; na visita de campo à sede da rede Livres da Baixada Santista em 01/12/2020; na Feira Orgânica de Guarulhos como consumidora entre 2019 e 2020; na reunião de fundação oficial da Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto (2019) e na visita de campo à sede do Galpão Alimenta no final de 2020.

Ao todo, responderam aos questionários 10 articuladores, 23 agricultores e 47 consumidores das redes agroalimentares agroecológicas eleitas para a pesquisa, entre 2020 e 2021. A diferença entre o número de atores que participaram por grupo se dá em razão da proporção da presença deles nas redes investigadas.

Mesmo em contextos sócio-espaciais<sup>6</sup> e de natureza distintas, o que reúnem as redes agroalimentares agroecológicas nessa investigação é o horizonte que têm de promover Agroecologia em seus espaços de atuação e o fortalecimento das interações entre os espaços e atores do campo e da cidade.

As redes selecionadas para comporem a investigação são: duas de abrangência regional no mesmo estado, a saber: a rede Agroflorestal de Ribeirão Preto e rede Galpão Agroecológico/ Frente Alimenta; redes locais que possuem uma dinâmica própria, mas que se vinculam em ações e processos a outras redes locais. As redes Agroflorestal de Ribeirão Preto e o Galpão Agroecológico/Frente

---

<sup>6</sup> A grafia "sócio-espacial" é defendida por Souza (2013) e diferencia-se da grafia "socioespacial". "Sócio" é um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, das relações sociais, de forma que elas e o espaço são inseparáveis.

Alimenta são redes compostas por sub-redes locais, que foram aqui contextualizadas de forma individual e de forma inserida na rede regional. A rede SAAP e a rede do Instituto Chão possuem abrangência nacional quando se trata dos espaços de produção, mas a distribuição e comercialização são feita localmente; a primeira na região metropolitana do Rio de Janeiro, e a segunda, no município de São Paulo. A rede Livres da Baixada Santista possui abrangência regional com estados do Centro Sul envolvidos na produção de alimentos e o abastecimento centrado na Baixada Santista. A Feira Orgânica de Guarulhos e Rede Agroecológica da UFRJ também possuem abrangência regional no mesmo estado, mas não possuem sub redes. (Figura da área de abrangência no Anexo1).

### **A Gênese das Redes Agroalimentares Agroecológicas: Costura de Acessos Historicamente Negligenciados**

Na revisão bibliográfica foi possível encontrar trabalhos de pesquisa sobre os processos de formação dos espaços de produção, principalmente dos assentamentos de reforma agrária. Os espaços de produção são requisitos primordiais para a existência das redes agroalimentares de viés agroecológico.

No resgate histórico foi possível identificar que os espaços de produção das redes Agroflorestal de Ribeirão Preto, do Galpão Agroecológico e Frente Alimenta, do SAAP e do Instituto Chão resultam da luta pela reforma agrária, a saber: os assentamentos de reforma agrária Sepé Tiarajú, Mario Lago, Dom Hélder Câmara, Dom Tomas Balduino. Horto Bela Vista e um acampamento, Irmã

Alberta. Os espaços de produção da rede do Instituto Chão não foram contextualizados, pois não conseguimos obter informações com um dos gestores do espaço entrevistado. O mapeamento foi feito posteriormente ao levantamento dos dados e teve como base as marcas dos produtos que encontramos na loja.

Os três mecanismos ambiental (que afetam ou alteram a vida social), relacional (alteram a conexão entre as pessoas, grupos ou redes) e cognitivo (alteram a percepção individual e coletiva), identificados no processo de formação dos espaços que hoje compõem as redes agroalimentares agroecológicas, nos ajudam a compreender os acontecimentos que facilitaram ou inibiram os acessos vinculados as noções de soberania alimentar e justiça ambiental e, que desse modo, possibilitam o funcionamento delas. Eles foram identificados e analisados em dois agrupamentos: acesso à terra e acessos à infraestrutura, aos recursos (financeiros e materiais) e instrumentos de trabalho e ao conhecimento sobre a produção agroecológica; e acessos às políticas de compra pública da agricultura camponesa; acesso à alimentação diversa e nutritiva e aos espaços de comercialização.

a) Acesso à terra

A ocupação de terras improdutivas, como mecanismo relacional e ambiental fundante dos espaços e produção da Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto e do Galpão Agroecológico (com umas da terra do MST) garantiu, mesmo após um longo e difícil processo, o assentamento das famílias sem-terra. O acesso à terra é condição para a existência do camponês, é a partir dele que a família consegue ajustar os equilíbrios para se manterem em face ao capital corporativo (Ploeg, 2016, p. 33). Do acesso à terra se

obtem outros acessos (recursos naturais e alimentos) fundamentais para a realizaçao da justica ambiental. Ele e o elo entre os camponeses e suas sementes, a vida do solo, das nascentes que lhes permitem cultivar em coproduçao com a natureza, de forma autonoma, participativa, comunitaria e compartilhada, com variedade e abundancia, prerrogativas explicitas na noçao soberania alimentar e nutricional. Desse modo, o acesso a terra e condiçao primeira para o funcionamento das redes agroalimentares agroecologicas.

Nos anos 2000, o contexto comum aos que se reuniram para ocupar terras improdutivas e com passivos com o Estado era de esvaziamento do campo, crescimento urbano desordenado, desemprego e subemprego, fato que levou milhares de pessoas a morarem em favelas ou a compor a populaçao de sem-tetos das ruas das grandes cidades. Sem acesso a moradia digna, mobilizadas pelo MST e pela pastoral da terra, essas pessoas se unem para conquistar um pedaco de chao. Nota-se que a luta pela terra decorre da inexistencia de outros acessos no contexto urbano (moradia, trabalho e renda), fato que revela a ineficiencia das grandes cidades para abrigar a populaçao massiva que saiu do campo em busca de condiçoes de vida melhor.

A resistencia das familias acampadas, o apoio e bom funcionamento das instituicoes juridicas, juntamente com a desconstrucao de narrativas infundadas produzidas por forcas retrogradam e conservadoras da sociedade foram fundamentais nesse longo e arduo caminho de luta pela terra. Ao mesmo tempo, se constituiu como um periodo de construcao de laços e aprendizados entre os atores.

b) Acessos à infraestrutura, aos recursos (financeiros e materiais) e instrumentos de trabalho e ao conhecimento sobre a produção agroecológica

Com a terra conquistada, os camponeses se depararam com a morosidade das instituições para obterem os acessos à rede de água, esgoto, energia, vias de acesso, cuja responsabilidade é atribuída ao poder público. Isso levou os assentados a travarem outra batalha para se fazer cumprir a legislação. Nem todas as instituições funcionam de forma eficiente, muitas delas se encontram sob influência e controle da oligarquia do agro, mesmo que se tenha dentro delas profissionais comprometidos com seu trabalho e com a justiça, nem sempre é fácil acessá-las e fazê-las cumprirem suas funções. O acesso à infraestrutura também tem se dado através da luta e resistência das famílias e é significativo para que as famílias tenham um ambiente com qualidade de vida.

As linhas de crédito e financiamento operam dentro da lógica do mercado e só interessam aos bancos e instituições financeiras quando obtêm grande retorno financeiro. Os funcionários dessas instituições carregam o preconceito de que famílias assentadas não vão conseguir pagar as prestações do financiamento, por isso não dispendem atenção necessária às famílias.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) se mostraram interessantes na construção de processos que dão autonomia aos trabalhadores, tais como a construção das moradias pelos próprios assentados e a construção dos saberes que embasam a autonomia na produção agroecológica. Trata-se de iniciativas que resultam da articulação em rede entre os trabalhadores do campo e

da cidade, mobilização que ocorre, de um lado, pela compreensão dos atores da cidade a respeito da questão agrária que se materializa em ações de apoio ao campo e, de outro, da organização dos atores do campo não só para a conquista da terra, mas para se articularem junto aos atores da cidade para ampliarem e fortalecerem suas lutas.

Outros processos que contribuíram para a construção de acessos são os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do governo federal, o projeto desenhado pelo MST que inspirou as Comunas da Terra, o V Congresso do MST onde se firmaram os princípios da produção agroecológica nos assentamentos. Equilibrar os ecossistemas nas terras destruídas pelo agronegócio recebidas pelas famílias assentadas não é uma tarefa simples, demanda apoio técnico e acesso aos conhecimentos de produção agroecológica (acesso à ATER). Nesse sentido, os instrumentos de Estado e de organização dos movimentos sociais, juntos, levaram a alteração de percepção, tanto individual como coletiva, dos processos de coprodução com a natureza e de organização social que permitiram alterar a conexão entre as pessoas que passaram a se organizar em rede compartilhando conhecimentos e afinidades em torno da produção em SAFs (Sistemas Agroflorestais) e da Agroecologia, refletindo na vida social dos envolvidos. Os PDS como política pública, em tese, deveriam se consolidar como mecanismo permanente para estruturar os espaços rurais em coprodução com a natureza, independente das mudanças de governo, o que não ocorre na prática. Os atores que trabalham nas instituições públicas e que contribuem para implementação dos PDS são fortalecidos por um lado pela organização em rede, mas por outro, ficam de mãos atadas

para cumprirem suas funções com a entrada de um governo desfavorável. A organização do MST como movimento social não só tem enfrentado o problema da questão fundiária no país como também tem se firmado como propagador da agroecologia como a única capaz de resolver os problemas ambientais causados pelo sistema agroalimentar corporativo e de promover a qualidade de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Parte da formação das redes agroalimentares agroecológicas investigadas decorre da aproximação dos atores da cidade interessados em contribuir para a luta do MST e da Agroecologia.

### **Os Atores e Suas Organizações Coletivas no Tecer das Redes Agroalimentares Agroecológicas**

Os atores das redes agroalimentares agroecológicas são homens e mulheres, trabalhadores do campo e da cidade, cujas funções e atividades nas redes investigadas se dividem entre a produção de alimentos, os serviços ambientais prestados através do manejo agroecológico (trabalho mantido pelos camponeses), o transporte dos alimentos do local de produção até os centros consumidores (trabalho mantido em algumas redes pelos camponeses, em outras pelos consumidores, articuladores ou coletivo formado para fazê-lo), a escolha, compra e consumo de alimentos (tanto pelos consumidores que podem quanto por aqueles que não podem pagar pelos alimentos diversos e nutritivos) e, por fim, a articulação das redes agroalimentares agroecológicas (atividade realizada por atores, geralmente de centros urbanos, professores e estudantes de universidades, pesquisadores, funcionários públicos, membros de movimentos sociais e de ONGs).

No levantamento de suas organizações sociais constatamos que a maioria delas nasceram no enfrentamento dos problemas decorrentes da ausência de acesso. As organizações podem coexistir para os grupos de atores, uma vez que possuem funções diferenciadas, sendo a rede a que possibilita uma articulação entre todas elas. As organizações identificadas na pesquisa foram:

- Redes - surgem da necessidade de promover o conhecimento e as técnicas de produção agroecológica, o trabalho e o comércio justos, a produção de alimentos diversa e nutritiva para alimentar toda a população e de conquistar direitos, espaços e recursos;

- Grupos e comunidades de consumo - emergem da ausência de acesso aos espaços para a comercialização e de ausência de acesso aos alimentos nutritivos e diversos, e conhecimentos que os envolvem;

- Cooperativas de consumo e economia solidária (idem ao anterior);

- Movimentos sociais – surgem da ausência de acesso à terra, ao ambiente equilibrado, aos recursos necessários para a produção agroecológica, aos espaços de comercialização, aos alimentos nutritivos e diversos;

- As cooperativas e associações de agricultores - nascem da necessidade dos camponeses de se organizarem diante as imposições do mercado que historicamente tem afastado a renda do trabalho camponês para longe das unidades produtivas;

- Cooperativa de transporte - surge no contexto de domínio dos aplicativos de entregas que explora o trabalho do

entregador e de necessidade de levar os alimentos nas casas dos consumidores, tendo em vista o contexto de pandemia de Covid-19.

Nas informações coletadas sobre a economia das unidades produtivas camponesas foi possível identificar adaptações promovidas pelas famílias camponesas para manterem o funcionamento dos seus agroecossistemas diante das pressões externas, necessidades da família e da ausência de acessos associados aos conceitos de justiça ambiental e soberania alimentar.

Dentre a diversidade de adaptações ou ajuste de equilíbrios camponeses (Ploeg, 2016), a mais inovadora se constitui na relação com os espaços urbanos: a prática de vivências, mutirões e dias de campo (parcerias adaptadas), em que os momentos de maior demanda de trabalho no campo (penosidade) é compartilhado com os consumidores e outros atores da cidade, de forma que ambos posteriormente possam desfrutar de uma boa e farta colheita. Diante das ausências de acessos aos recursos de produção e de mão-de-obra na unidade familiar (famílias pequenas), os equilíbrios extrapolam a unidade produtiva se estendendo aos atores e aos espaços urbanos.

O uso de manejos que privilegiam a ciclagem de nutrientes, trocas de sementes, produtos e conhecimentos entre os agricultores são formas de manter o equilíbrio entre autonomia e dependência nas unidades produtivas. A autonomia aqui é a construção do acesso permanente aos recursos básicos para a produção de forma a diminuir os mecanismos de extração de excedente.

Nos equilíbrios construídos para suprir a ausência de acessos e (re)existir ao domínio da lógica de mercado e aos processos de proletarianização dos camponeses, a organização em rede, através

das redes agroalimentares agroecológicas, se mostra fundamental na extensão e compartilhamento dos equilíbrios das unidades produtivas do campo aos espaços urbanos.

### **As Redes Agroalimentares Agroecológicas no Contexto de Crises e de Pandemia de Covid-19**

No contexto contemporâneo em que se inserem as redes investigadas são observadas as crises:

a) Ambiental:

- Pandemia de Covid-19 e outros problemas de saúde derivados da alimentação inadequada, contaminada ou da ausência de alimentação diversa e nutritiva em quantidade necessária aos seres humanos;

- Avanço da destruição das florestas e dos biomas, principalmente do Cerrado e da Amazônia;

- Destruição das bases ambientais necessárias para a manutenção dos modos de vida das populações nativas e tradicionais.

b) Político, econômico e social:

- Que se iniciou com o impedimento da presidente de cumprir o seu mandato em 2016, provocando o rompimento da normalidade institucional e o enquadramento do país na agenda da ordem neoliberal (derrotada nas urnas). Nesse período, as políticas sociais foram reduzidas, em alguns casos completamente destruídas e os projetos estratégicos para soberania nacional foram interrompidos. Com o golpe abriu-se as portas para a eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente, o que implicou no aumento do abismo social. As políticas de acessos aos alimentos (PAA e PNAE)

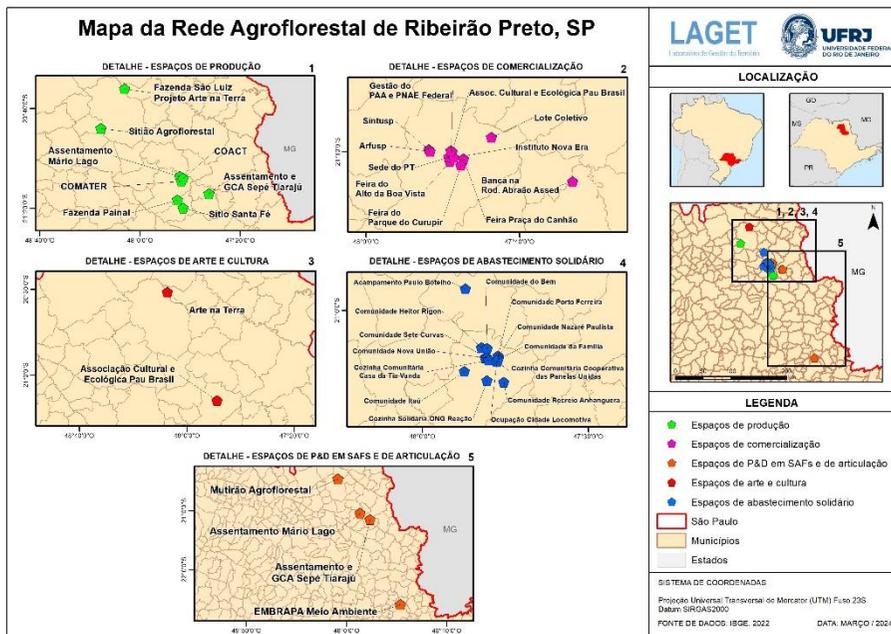
e aos recursos fundamentais para a atividade de produção camponesa (créditos e mercados públicos) foram comprometidas, o Brasil voltou ao mapa da fome, o desemprego, o custo de vida, a população de rua e o desmatamento aumentaram, o ataque as minorias e à democracia tornou-se rotineiro.

Nesse cenário, se ampliaram as dificuldades de acesso aos recursos e mercados camponeses, os atores das redes agroalimentares agroecológicas se organizaram criando brechas para sobreviver ao caos e encontrar soluções para os problemas comuns. Os camponeses perderam as vendas nos programas de compra pública e os espaços de comercialização, como feiras e pontos de entregas de cestas, que foram fechados sob a argumento de que são espaços com grande potencial de contaminação. No entanto às grandes redes de supermercados se impôs um protocolo para evitar a contaminação e eles seguiram abertos durante todo período crítico da pandemia. Um tratamento desigual para atores diferentes no setor da alimentação que desvela a força política das grandes corporações.

Nesse contexto, a produção de alimentos agroecológicos não parou, a solidariedade subsidiou o estabelecimento de novas formas de ajuste de equilíbrios que se estendem dos espaços rurais aos espaços urbanos, à população em situação de insegurança alimentar através da organização em redes. As redes Agroflorestal de Ribeirão Preto, Galpão Agroecológico/Frente Alimenta e do Sistema de Abastecimento Popular mantiveram um trabalho importante com a arrecadação de fundos para manter as campanhas solidárias de doações de alimentos às famílias que perderam a merenda escolar dos filhos, que ficaram desempregadas

e sem recursos para comprar alimentos frescos e de qualidade. Nos mapas a seguir estão representados os espaços de produção, de comercialização, de abastecimento solidário e de arte e cultura das três redes:

**Mapa 1 – Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto (SP)**

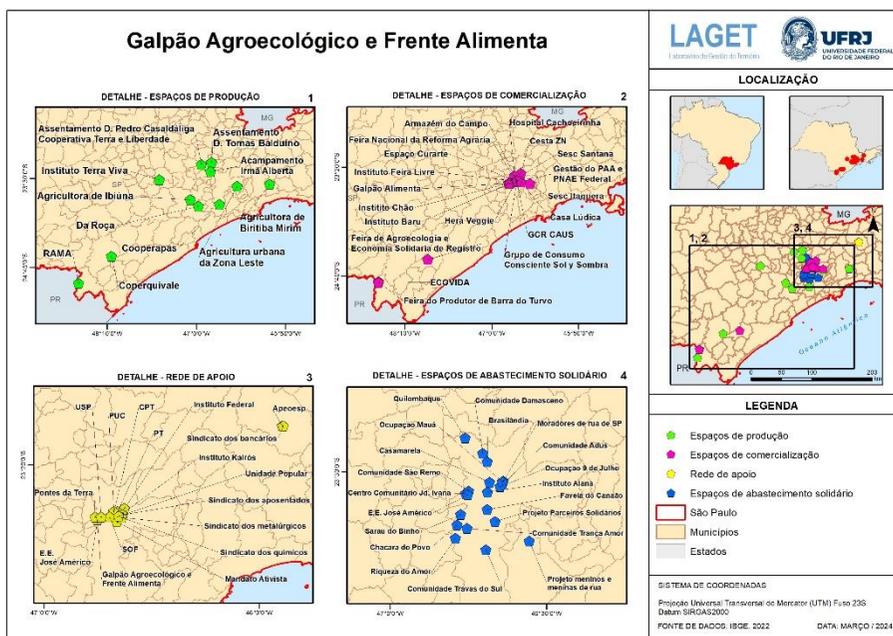


Elaborado pela autora, 2024.

No mapa 1 estão representados os espaços que compõem oficialmente a Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto: os espaços de produção, representados pelos assentamentos Sepé Tiarajú, Mário Lago e suas cooperativas COMATER e Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, Sítio Agroflorestal, Fazenda São Luiz, Fazenda Painal e Sítio Santa Fé; os espaços de arte e cultura representados pelo Projeto Arte na Terra e pela Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil; os espaços de comercialização representados pelo GCA Sepé no SINTUSP, pela Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil,

pelo local de gestão dos programa de compra pública federal (PAA e PNAE, Instituto Nova Era, lote coletivo do assentamento Mário Lago, banca na rodovia Abraão Assed, feiras da praça do Canhão, do Parque Curupira, do Alto da Boa Vista, Artesp e sede do PT; e os espaços de P&D em SAFs e de articulação representados pela Fazenda São Luiz, Sítio Agroflorestal, Fazenda Painal e EMBRAPA Meio Ambiente e por todos os espaços de produção onde se dão as experiências de produção em SAFs.

Mapa 2 Galpão Agroecológico e Frente Alimenta (SP)

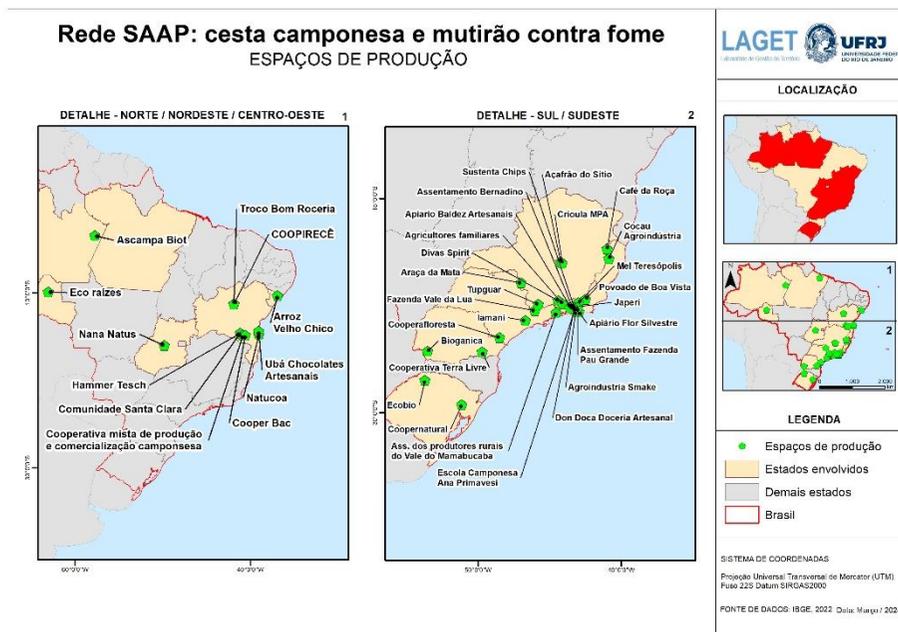


Elaborado pela autora, 2024.

No mapa 2 estão representados as instituições de apoio internacionais, a Fundação Britânica *Be The Earth* e a empresa imobiliária Ivanhoé Cambridge, com sede no Canadá. Verifica-se uma articulação regional com espaços de produção que vão desde a região do Vale do Ribeira, passando pela região de Sorocaba, pelas

Comunas da Terra na RMSP e Biritiba Mirim; espaços de articulação e da rede de apoio localizados na capital, e espaços de comercialização na capital e em alguns pontos próximos aos espaços de produção; e os espaços de abastecimento solidário, a maioria localizados na periferia da capital.

### Mapa 3 – Rede do Sistema de Abastecimento Popular (SAAP): Espaços de produção

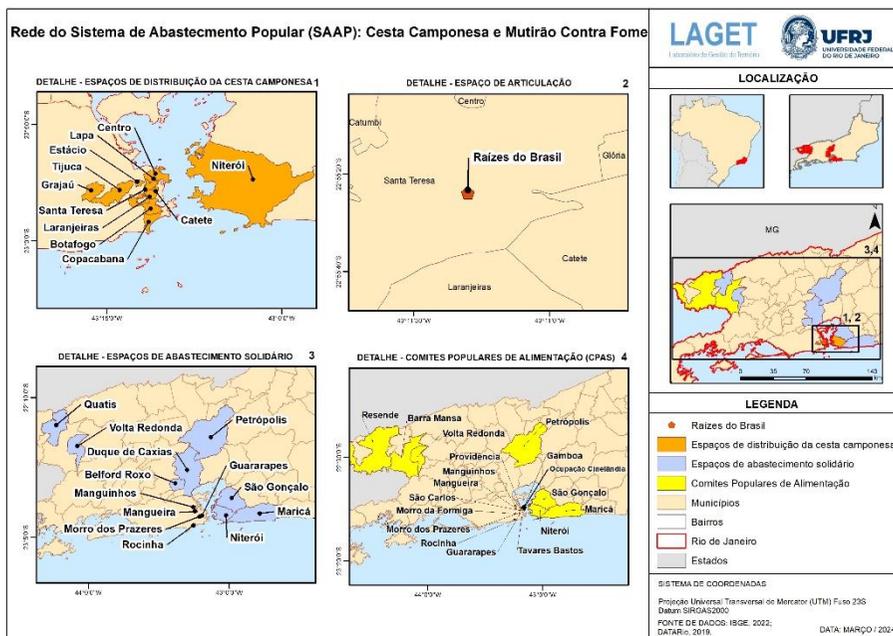


Elaborado pela autora, 2024.

Os espaços de produção que abastecem o projeto Raízes do Brasil, no qual se insere a Cesta Camponesa do MPA são compostos por famílias camponesas de Teresópolis, Baixada Fluminense, Médio Paraíba, Silva Jardim, Quatis, Magé, Região Serrana do Rio de Janeiro, além de outros estados como Espírito Santo e Minas Gerais e das regiões Nordeste, Amazônica e Sul. Os cosméticos, cervejas e outros produtos de maior durabilidade vêm de outras regiões. As cachaças vêm do Espírito Santo. Alguns tubérculos,

como batata e inhame, as hortaliças e carnes vêm de Minas Gerais. Da Baixada Fluminense vêm os pães e outros beneficiados, a banana, a linguiça, abobrinha e os tubérculos. Do quilombo de Silva Jardim vêm as bananas, de Magé chegam os tubérculos e as goiabas e da região Serrana do Rio de Janeiro os alimentos mais perecíveis como as hortaliças, que geralmente precisam ser distribuídas em locais de curta distância. A maioria das frutas vem da região Sul do país.

#### Mapa 4 – Rede do Sistema de Abastecimento Popular (SAAP): Espaços de distribuição, de articulação e de abastecimento solidário



Elaborado pela autora, 2024.

Os espaços de articulação da rede SAAP são o Raízes do Brasil e UFRJ (campus Praia Vermelha), os espaços atendidos pelo Mutirão Contra a Fome, segundo um dos seus articuladores (de

abril até outubro de 2020, com 1700 cestas de alimentos) foram as comunidades da Ladeira do Guararapes, Manguinhos, Mangueira, Morro dos Prazeres, Rocinha, comunidades do MTST, e comunidades nas cidades de São Gonçalo, Niterói, Belford Roxo, Duque de Caxias, Quatis, Volta Redonda, Maricá, Petrópolis, dentre outras. Ao todo foram doadas 98 toneladas de alimentos à 11.271 famílias, sendo 276 famílias acompanhadas pelo Comitês Populares de Abastecimento (CPA) do MPA.

Na comunidade da Rocinha 60 famílias passaram a ser atendidas e acompanhadas pelas equipes de trabalho que compõem o Comitê Popular de Alimentação (CPA), destinado a manter o diálogo com as famílias atendidas pelas doações do Mutirão Contra a Fome. Um núcleo de famílias da Rocinha é acompanhado por um coordenador que faz o diálogo com as mesmas que recebem cestas de alimentos frescos e saudáveis a cada quinze dias.

Os CPAs organizam a montagem das cestas compostas por alimentos e uma cartilha. Eles são orientados por princípios como a auto-organização, construção do poder popular e soberania alimentar. Além da Rocinha, os processos de construção dos CPA estavam também na Mangueira, no Morro da Formiga, no Morro da Providência, em Tavares Bastos, na Gamboa, no Morro dos Prazeres, na Ocupação Cinelândia, no Morro São Carlos, Rocinha, Manguinhos, Guararapes e nos municípios de Niterói, Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, São Gonçalo, Petrópolis e Maricá. Os CPAs têm, dentre seus objetivos, o de inserir as famílias e comunidades que estão nas cidades no processo de produção de alimentos agroecológicos como forma de construção da soberania alimentar. Para isso os CPAs mantêm atividades de formação na

produção de alimentos, como a de produção da fertilidade do solo nas comunidades da Mangueira e em Magé, movimentando mecanismos ambientais, cognitivos e relacionais para a promoção da soberania alimentar.

As três redes são articuladas por atores do campo e da cidade, nas campanhas de abastecimento solidário, mantiveram um trabalho transparente para que os doadores pudessem saber o que estava sendo feito com o dinheiro e continuasse mantendo às doações. Muitas cozinhas solidárias nasceram nesse período e se mantiveram mesmo após o fim da pandemia, já que o acesso aos alimentos nutritivos e em quantidade suficiente para suprir as necessidades humanas ainda é restrito a quem pode pagar.

As desigualdades de acesso ao trabalho, renda justa, aos recursos, à saúde, aos alimentos nutritivos e diversos, às políticas, à terra, à moradia, ao ambiente equilibrado é um problema estrutural que ainda se faz presente nos territórios e revelam a injustiça ambiental e a ausência de soberania alimentar, temas que unem as redes agroalimentares agroecológicas para lutar e construir os acessos historicamente negligenciados.

As ações humanitárias praticadas resistem aos valores de mercado: apoios, cessão de espaços, transporte solidário, cozinhas solidárias, hortas comunitárias, consumidor sem renda se alimentando com produtos frescos e nutritivos. Os encontros e debates se ampliaram e o sistema agroalimentar dominante foi colocado em xeque por não promover a saúde da maioria da população, destruir os ecossistemas e gerar incertezas sobre o futuro da produção de alimentos.

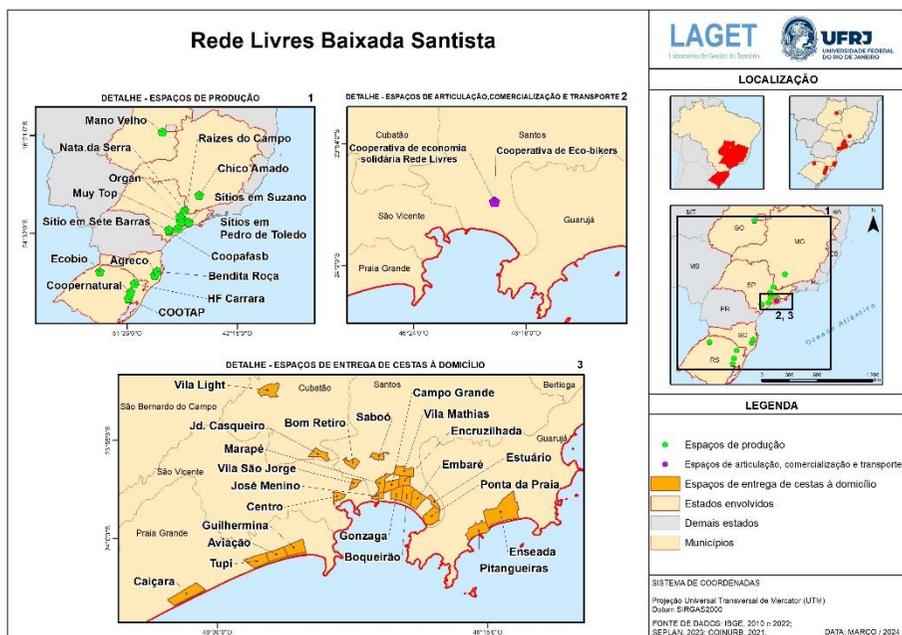
O Estado, de um lado, declina do seu papel de promover a soberania alimentar e nutricional, mas do outro, não deixa de atender o agronegócio e o grupo político atrelado a ele, que se manteve amparado e privilegiado com a ampliação de isenções de impostos e de acesso aos recursos necessários para permanecerem no poder, cultivando comida de lugar nenhum, sem qualidade e carregada de agrotóxicos. A geografia das desigualdades coloca em evidência a omissão do Estado e a ineficiência do mercado para resolver as questões de soberania alimentar e de justiça ambiental. A noção de soberania alimentar coloca em evidência as contradições do terceiro regime alimentar na Geografia das redes agroalimentares agroecológicas investigadas nos seus processos de articulação contra hegemônicos.

Os acontecimentos que se sucederam nesse período fortaleceram e promoveram novos vínculos entre os espaços rurais e os espaços urbanos, alterando as conexões entre os atores, redes e grupos. O mapeamento das redes agroalimentares agroecológicas foi feito com base na identificação dos atores, dos espaços de trânsito e de ações articulados neste contexto de crise. Nos mapas 5, 6, 7 e 8 estão representados os espaços de produção, de comercialização, de transporte e de articulação das redes Livres Baixada Santista, Instituto Chão, Feira Orgânica de Guarulhos, Feira Agroecológica e Projeto CASA.

No mapa 5 está representada a Rede Livres Baixada Santista que com a geografia plana da Baixada Santista favorece a distribuição das cestas, com redução dos custos ambientais e econômicos através do transporte feito por *ecobikers* até a casa dos consumidores. Os *ecobikers* são ciclistas que não só trabalham na

entrega de alimentos do Livres, mas compreendem e apoiam o projeto. A partir do movimento de entregas via *bike* iniciada pela rede Livres, os ciclistas discutem também a formação de uma cooperativa de entregadores ciclistas para saírem do esquema de taxas abusivas e exploração do trabalho dos aplicativos de entrega. Os bairros de Santos atendidos com a entrega de cestas pelos bikers são: Vila Mathias, Marapé, Campo Grande, Gonzaga, Encruzilhada, José Menino, Embaré, Estuário, Ponta da Praia, Saboo, Bom Retiro, além de outros municípios como Praia Grande (bairros Guilhermina, Aviação, Vila Tupi, Caiçara), Guarujá (bairros Pitangueiras, Enseada), Cubatão (bairros Jd. Casqueiro, Vila Light) e São Vicente (bairros Centro, Vila São Jorge).

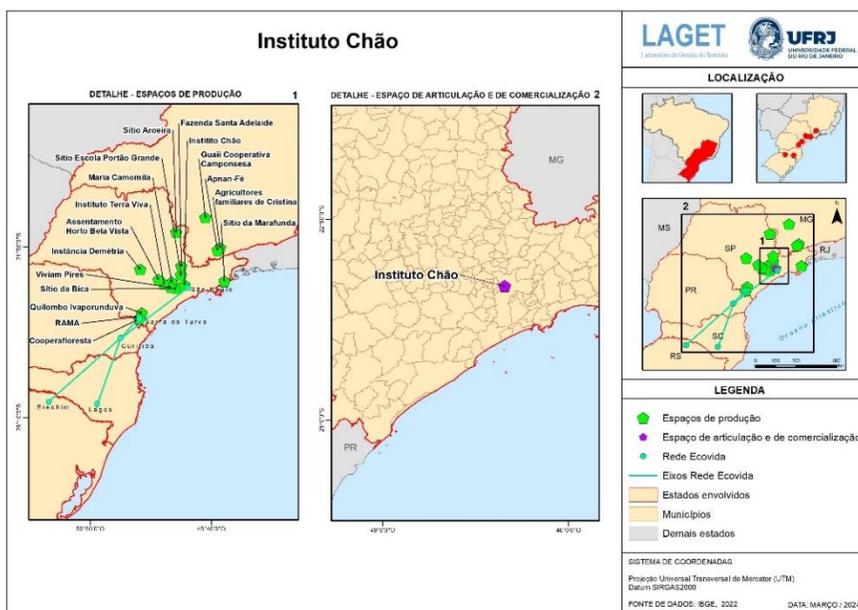
**Mapa 5 – Rede Livres Baixada Santista (SP)**



Elaborado pela autora, 2024.

Os espaços de produção e de comercialização do Instituto Chão (Mapa 6) integram a segunda rede mais extensa dos casos aqui estudados, com espaços de produção que vão desde Maria da Fé em Minas Gerais até Erechim no Rio Grande do Sul. Alguns fatores, tais como, a presença de consumidores esclarecidos de classe média no bairro onde está localizada a loja do Instituto Chão, proporcionou uma grande adesão ao projeto, aumentando consideravelmente as vendas e o sucesso econômico do instituto. Os recursos obtidos são bem administrados para manter o ponto comercial e seus trabalhadores em funcionamento, no entanto, a diversidade de fontes de alimentos não garante a manutenção de todas as famílias camponesas fornecedoras de alimentos no campo, a não ser que houvesse diversas lojas em diversos lugares disponíveis para a comercialização dos alimentos agroecológicos.

**Mapa 6 – Instituto Chão**



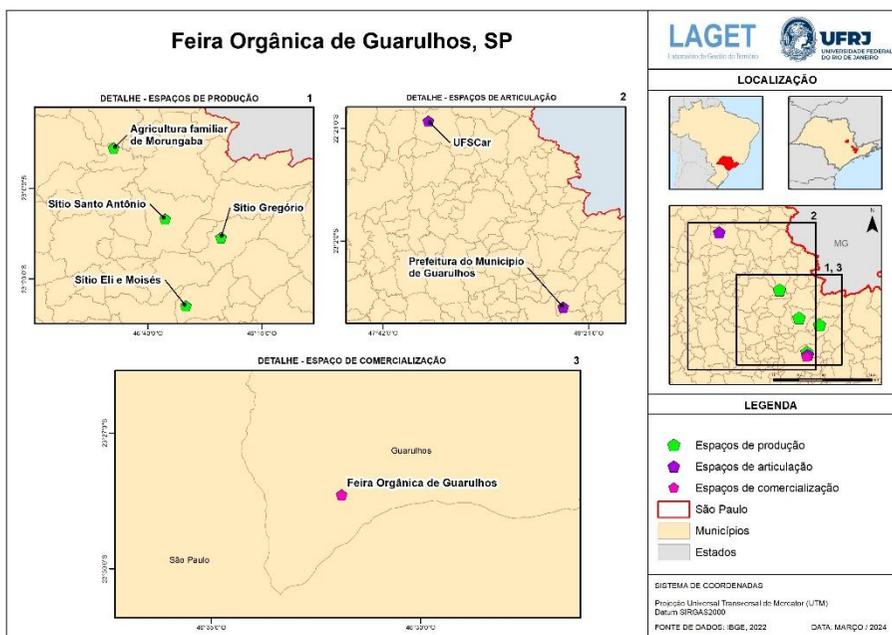
Elaborado pela autora, 2024.

Até o início de 2020, quando chega a pandemia de Covid-19, a Feira Orgânica de Guarulhos (Mapa 7) contava também com o espaço do Parque Júlio Francalanza, na Vila Augusta, às quartas-feiras. Os parques do município foram fechados sob o pretexto de evitar a propagação do vírus e, com isso, a feira foi suspensa. A reabertura do parque ocorreu em abril de 2021, no entanto a feira não foi retomada. Em uma consulta a dois agricultores sobre uma possível retomada das atividades, eles responderam que a feira não era muito viável financeiramente para eles e que não viam problemas caso a prefeitura não os procurasse para retomar as atividades de feira no parque.

Como visto anteriormente, a Feira Orgânica de Guarulhos também já ocupou o espaço do Bosque Maia no início das suas atividades e foi alterada por motivos de conflitos de uso comum do espaço com esportistas que frequentam o local. Segundo os agricultores, o Bosque Maia era um bom espaço para a feira, mas o horário não favorecia muito as vendas dos alimentos. Ao que parece, a prefeitura não se interessou em resolver o conflito, sequer atenderam a demanda dos agricultores sobre a mudança de horário. Diante da diminuição do número de agricultores da cidade, outros produtores orgânicos de outras cidades foram convidados a compor a feira. Segundo um dos técnicos da prefeitura, o convite se deu para servir de motivação e exemplo para os produtores de Guarulhos. Dos agricultores do município que compunham a feira inicialmente, restou apenas um casal, que se mantém até o presente momento. A Feira Orgânica de Guarulhos ocorre atualmente aos sábados somente na Praça IV Centenário e é abastecida pelos agricultores, que levam suas barracas e alimentos,

além de acompanhada e fiscalizada por funcionários da prefeitura. Desde a inauguração da feira, não houve abertura de editais para outros agricultores da cidade comporem a feira e as regras sobre a participação e os produtos comercializados não são muito claras, o que tem levado os agricultores participantes da feira trocarem acusações sobre a origem dos alimentos.

Mapa 7 – Feira Orgânica de Guarulhos



Elaborado pela autora, 2024.

A experiência da Feira Orgânica de Guarulhos demonstra como é necessária a construção de uma articulação entre os atores, principalmente entre os agricultores que não possuem qualquer apoio da prefeitura. No local da feira não há sequer banheiro público para uso dos agricultores que passam mais de oito horas na praça vendendo os alimentos. Segundo o seu projeto inicial, a

articulação deveria ser promovida pela prefeitura, com planejamento conjunto das atividades da feira, dos alimentos que irão disponibilizar, dos plantios, de forma a evitar a competição e promover a cooperação. Sem apoio e desarticulados, os agricultores se vêm cada vez mais encurralados, trabalhando sozinhos, cansados e pouco motivados.

Os espaços de produção que abastecem a Feira Agroecológica da UFRJ (MAPA 8) estão em Guapimirim-RJ, município que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro-RMRJ, e em Campo Grande, bairro da zona oeste carioca. Em Guapimirim os atores são agricultores associados da AFOJO e em Campo Grande uma agricultora urbana com o espaço denominado como “Quintal da Vanessa”. De todos os grupos de agricultores que iniciaram na feira em 2009, a AFOJO foi o único que permaneceu, mantendo as entregas nos pontos de distribuição e realizando atividades de interação com os consumidores, como as vivências e dias de campo.

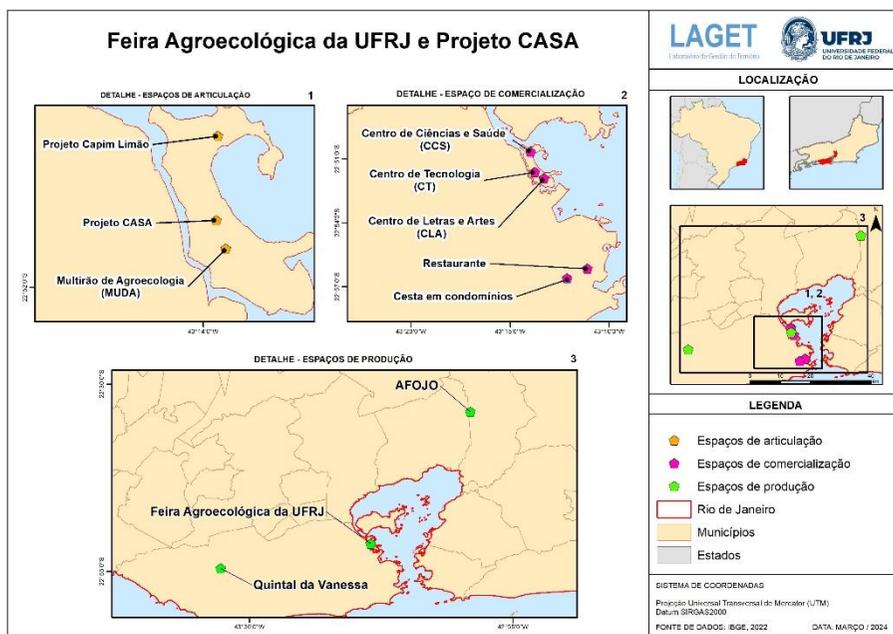
Até a chegada da pandemia de Covid-19 no início de 2020, a Feira Agroecológica da UFRJ ocorria às quintas-feiras no campus do Fundão em três pontos do campus: no Centro de Ciências e Saúde (CCS), no Centro de Tecnologia (CT) e no Centro de Letras e Artes (CLA). Com a pandemia, as atividades do campus foram suspensas pela administração da universidade e, com elas, a feira. Os agricultores passam a realizar entregas de cestas prontas em alguns pontos do campus e, com a colaboração de um dos gestores da feira, a entrega de cestas se expandiu para o Projeto Cestas em Condomínio, que começou no bairro Cosme Velho, na região da zona Sul do Rio de Janeiro. O desenvolvimento dessa atividade foi

fundamental para evitar que os agricultores tivessem perdas de produção e, conseqüentemente, perda da renda.

O Projeto CASA (Mapa 8) nasce em apoio a Feira Agroecológica da UFRJ e também é abastecido pelos agricultores associados da AFOJO, localizados no município de Guapimirim, e pelo Quintal da Vanessa, no bairro de Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro. Até o início da pandemia de Covid-19, as cestas de alimentos eram entregues no Campus da Ilha do Fundão, na UFRJ, e os principais consumidores e prossumidores eram estudantes, professores e funcionários da universidade. A atividade de entrega das cestas foi mantida mesmo com a pandemia e foi considerada como uma das formas mais seguras de acessar os alimentos de qualidade, já que os supermercados eram apontados com os maiores índices de contaminação pelo vírus. No entanto, com suspensão das aulas o campus foi esvaziado e os prossumidores encontravam dificuldades para chegar até a universidade somente para a retirada das cestas.

O coletivo articulador do projeto considerou que naquele momento as cestas seriam fundamentais para garantir as atividades dos agricultores que perderam seus espaços de comercialização, ao mesmo tempo em que forneciam uma alimentação fresca e saudável aos prossumidores e consumidores. O projeto foi adaptado ao contexto e os agricultores passaram a entregar as cestas na universidade a cada quinze dias. Ao invés de uma cesta semanal, passaram a entregar duas cestas com alimentos suficientes para os prossumidores se manterem durante esse tempo.

## Mapa 8 – Feira Agroecológica da UFRJ e Projeto CASA



Elaborado pela autora, 2024.

A ética implícita na ideia de Agroecologia norteia as relações formadas entre os atores das redes agroalimentares agroecológicas. As imposições do mercado estão a todo momento tentando degradá-las, por isso um trabalho de diálogo constante é necessário para se reafirmar os princípios agroecológicos.

A prática da Agroecologia, desde os processos que envolvem o trabalho de produção de alimentos até a acesso dos consumidores sem renda a eles, conduz as relações nas redes investigadas na disputa por um projeto contra hegemônico de soberania alimentar e justiça ambiental. Na formalização de umas das redes, os princípios da Agroecologia ficaram claros no processo de construção coletiva, nas concepções e objetivos traçados para presidir as ações.

No contexto em que as mudanças políticas implicaram consideravelmente no aumento da desigualdade, o movimento da Agroecologia, que estava sendo estruturado em diversos pontos do território nacional, foi afetado pela política neoliberal imposta após a destituição da presidenta em 2016, criando um ambiente oportuno de união e fortalecimento de vínculos entre os atores dos espaços rurais e dos espaços urbanos.

A intensificação das conexões favoreceu as mudanças de percepção individual e coletiva dos atores. A percepção dos processos que envolvem a coprodução entre pessoas e natureza pelos atores das redes agroalimentares agroecológicas é a base de grande parte das transformações que vem ocorrendo nessas redes. Ela alimenta uma visão integrada dos processos em que os seres humanos, como seres pensantes, têm papel fundamental na condução dos caminhos que levam a sustentabilidade. A visão integrada coloca em evidência a necessidade de se impor limites ao mercado para garantir o futuro do planeta. No avanço de consciência estão contidos os processos que levam a justiça ambiental, a garantia de acessos necessários para vida em equilíbrio.

### **Considerações Finais**

O espaço geográfico, nas palavras de Santos (2008), “é um conjunto indissociável de sistemas de ações e de objetos”. Na Geografia das redes agroalimentares agroecológicas esse conjunto inseparável é conduzido pelos princípios da Agroecologia de forma

recompor as rupturas metabólicas provocadas pelos sistemas agroalimentares corporativos. Os sistemas de objetos das redes agroalimentares agroecológicas são espaços conquistados com muito trabalho e luta, seja os espaços de produção, de trânsito, de comercialização ou de distribuição solidária, os quais ainda são ínfimos para abrigar o tamanho do projeto das redes agroalimentares agroecológicas. São também os recursos naturais, financeiros, tecnológicos, científicos que não estão disponíveis aos atores das redes da mesma forma como estão para o agronegócio, no entanto a articulação em rede transforma as relações para promover ajustes de equilíbrio e resistir às ausências de acessos.

Os atores das redes agroalimentares agroecológicas são camponeses, consumidores e articuladores. Os camponeses, são herdeiros de uma história de resistência e luta pela sobrevivência e hoje lutam para permanecer na terra trabalhando com sua família com saúde para promover a saúde dos consumidores e dos ecossistemas. Os consumidores são aqueles que estão interessados principalmente em saúde e justiça socioambiental, possuem renda para acessar os alimentos nutritivos e diversos, contribuindo para promover o ajuste de equilíbrios nas unidades produtivas. O consumidor sem renda encontra espaço nas redes agroalimentares agroecológicas através das cozinhas solidárias e dos espaços de distribuição de cestas, soluções criadas no contexto da pandemia de Covid-19 e de crise política para combater a insegurança alimentar e nutricional, que cresceu de forma alarmante, e resolver os problemas de perdas de espaços e mercados de comercialização da agricultura camponesa. Os articuladores são atores da cidade vinculados às universidades, escolas e institutos de pesquisas

públicas e ONGs e se mobilizaram para fornecer apoio a produção camponesa, à comercialização e distribuição solidária às famílias em situação de insegurança alimentar.

Os processos e mecanismos significativos para a emergência das redes agroalimentares, têm base nos seus espaços de produção os quais dão suporte a existência de todos os outros espaços e processos das redes em foco. A história de ausência de acessos é o que tem mobilizado os atores para conquistá-los e criarem os ajustes de equilíbrios para sobreviverem ao domínio das relações de mercado. O funcionamento das redes agroalimentares agroecológicas depende de três principais acessos: à terra; aos recursos e infraestrutura (recursos financeiros, materiais, mercado, conhecimento) necessários para a produção agroecológica; e à alimentação diversa e nutritiva em quantidade necessária para garantir a segurança alimentar e nutricional.

A ausência de acessos à infraestrutura, recursos (financeiros, materiais, mercado, conhecimento) necessários para a produção agroecológica é um obstáculo para as famílias permanecerem e trabalharem na terra. O controle e uso do Estado para garantir a ampliação do faturamento do sistema corporativo caracteriza o terceiro regime alimentar. As soluções criadas via mercado, com aval do Estado, para resolver as questões de soberania alimentar e de justiça ambiental jamais serão eficientes quando o a principal função é promover o lucro das corporações. As contradições do regime alimentar que culminam na Geografia das desigualdades no sistema agroalimentar são colocadas em evidência pelos movimentos sociais através da noção de soberania alimentar.

Os vínculos criados entre atores dos espaços rurais e urbanos permitiram a criação de estratégias de enfrentamento dos problemas decorrentes da perda de acessos que se impuseram no contexto de crises. Uma estratégia de ajuste de equilíbrio entre a produção camponesa e as famílias atingidas pela insegurança alimentar e nutricional, se estendendo da unidade camponesa aos espaços urbanos.

As desigualdades de acesso ao trabalho, renda justa, aos recursos, à saúde, aos alimentos nutritivos e diversos, às políticas, à terra, à moradia, ao ambiente equilibrado é um problema estrutural que ainda se faz presente nos territórios e revelam a injustiça ambiental e ausência de soberania alimentar, temas que levam os atores das redes agroalimentares agroecológicas a se unirem e se mobilizarem.

O acesso ao conhecimento que leva a percepção dos processos que envolvem a coprodução entre pessoas e natureza promove uma visão integrada dos processos em que os seres humanos, como seres pensantes, têm papel fundamental na condução dos caminhos que levam a sustentabilidade com justiça ambiental e soberania alimentar. O conhecimento é, de acordo com Lukács (2018), um recurso essencial para recompor os metabolismos rompidos, uma vez que a troca metabólica entre natureza e sociedade não pode ser alcançada – mesmo no nível mais primitivo – sem possuir certo grau de conhecimento objetivamente correto sobre os processos da natureza, que existem antes das pessoas e funcionam de forma independente delas. Esse processo de avanço de percepção se mostra fundamental, principalmente entre os consumidores,

potencializando o poder de ação e independência das redes no caso de omissão do Estado.

No contexto global de crise climática e de saúde humana, as redes agroalimentares agroecológicas apresentam uma alternativa ao domínio dos sistemas agroalimentares corporativos que operam com base no lucro (destruindo a soberania alimentar dos povos e causando injustiça ambiental). Uma alternativa capaz de recompor a biodiversidade e de promover os acessos aos recursos e alimentos nutritivos e diversos de forma suficiente e sustentável.

O projeto da Geografia das redes agroalimentares agroecológicas coexiste com um projeto que é regulado pelas forças do mercado no qual não há bases ambiental e ecológica para viabilizá-lo no tempo e no espaço. O projeto das redes investigadas é orientado por princípios e valores éticos com base na coprodução entre pessoas e natureza e vem sendo apontado como único capaz de garantir o futuro da humanidade na terra. A urgência de se impor limites ao mercado se faz necessária e depende de uma transformação estrutural.

## Referências

ACSELRAD, H., MELLO C.C.A, BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, 160p.

AGUIAR, V. J. Proposta da Comuna da Terra no Assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto – SP. **Trabalho de monografia** apresentado ao Conselho do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3fpO5YB>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BALESTRO, M.V. Contribuições metodológicas para análise das cadeias curtas de produção: os ganhos da comparação e da causalidade. In GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 147-172.

BORELLI FILHO, D.; BOTTA FERRANTE, V.L.S. A luta pela Terra na Região de Ribeirão Preto: o Processo de Formação e Organização do Assentamento Mário Lago. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 305-330, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/377QHqy>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRITO, P. F. de. Projeto CASA UFRJ – Comunidade Acadêmica que dá Suporte à Agricultura: uma experiência de aproximação entre produtores e consumidores na Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, jul. 2018.

BROSLER, T.M.; BERGAMASCO, S.M.P.P. O campo-cidade-campo representado no assentamento D. Tomás Balduino. **Retratos de Assentamentos**, São Paulo, n. 13, 2010.

CARVALHO, N.P. **O campo no campus: A experiência da Feira Agroecológica na UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2015. XXI, 318 p.

CASTRO, J. **Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão e aço**. Rio de Janeiro, Edições Antares, 1984.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

DIAS, L. C. Os sentidos das redes: notas para discussão. In: DIAS, L. C. e SILVEIRA, R.L.L. (Orgs.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.11-28, 2005.

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order. **American journal of sociology**, v. 88, p. S248-S286, 1982.

FRIEDMANN, H. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. **Agriculture and Human Values**, v. 26, p. 335-344, 2009.

FRIEDMANN, H.; P. McMICHAEL. 1989. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, 29(2), 93–117.

GONÇALVES, José. C. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A Difícil Construção de Um Assentamento Rural Agroecológico em Ribeirão Preto- SP. 2010. 134 fls. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. **Dissertação de Mestrado**, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3kVH5Ur>. Acesso em: 02 nov. 2020.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. 1457 p.

MCMICHAEL, P. **A food regime genealogy**, *The Journal of Peasant Studies*, 36:1, 139-169, 2009. DOI: 10.1080/03066150902820354

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução Sonia Midori. – 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Trad. Claudia Freire. 1.ed. - São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RAGGI, R.V. O outro lado da metrópole: As Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo. São Paulo, **Tese de doutorado**, Planejamento urbano e regional, FAUUSP, 2014, 218p.

RAMOS FILHO, L.O.; SZMRECSÁNYI, T., PELLEGRINI, J.B.R. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, 2010. p. 207-238.

RAMOS FILHO, L. O.; MAGALHÃES, T. M.; MORICONI, W.; MALAGODI-BRAGA, K. S.; QUEIROGA, J. L. de; NEVES, M. C. Processos participativos para construção do conhecimento em agrofloresta: a experiência da Embrapa Meio Ambiente no diálogo de saberes. **Revista Retratos de Assentamentos**, Vol. 24 N.1, 2021.

ROSIN, D. Z. O instituto da desapropriação à luz da função da propriedade rural. **Trabalho de conclusão de Curso**. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). 246p. Ribeirão Porto, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2WqwnLM>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. (4ªed.). São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008 (Coleção Milton Santos;1). 392p.

SCOPINHO, R.A.; OLIVEIRA, D.R.; RESENDE, J.R.; SANTOS, J.A. O processo organizativo do assentamento Sepé Tiarajú: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais na região de Ribeirão Preto. Reforma Agrária, **Revista da ABRA**. São Paulo, vol. 4, nº1, p. 149-176, jan-jun 2007.

SEVERI, F.C. **Da lona ao roçado: memórias e experiências de moradores de um assentamento de reforma agrária**. São Paulo, editora Annablume, 2012- 1ªed. 209p.

SÍCOLI, Juliana Lordello. As contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável. **Tese (Doutorado)**. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, 171p. (14)

SOUZA, M.L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

### Nota

1 - O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Submetido em: 08 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 10 de junho de 2024

Aprovado em: 13 de agosto de 2024

DOI: [https://doi.org/10.62516/terra\\_livre.2024.3421](https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3421)

Como citar:

BRANCO, E. R. A GEOGRAFIA DAS REDES AGROALIMENTARES AGROECOLÓGICAS NOS VÍNCULOS ENTRE OS ESPAÇOS URBANO-METROPOLITANOS E RURAIS. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.jun. 2024, p. 484-527. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3421>. Acesso em: dia/mês/ano.